

Rio de Janeiro, setembro de 2026

CARTA DE COMPROMISSOS AOS CANDIDATOS AO GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - ELEIÇÕES 2026

Engenharia, Arquitetura, Ciência e Tecnologia a serviço do Rio de Janeiro

Excelentíssimo Senhor Candidato ao Governo do Estado do Rio de Janeiro,

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro, **CREA-RJ**, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro, **CAU-RJ**, e o Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, **COPPE/UFRJ** apresentam uma agenda de prioridades para o desenvolvimento do Estado no período de 2027 a 2030.

O Rio de Janeiro reúne profissionais, instituições de ensino e pesquisa, conhecimento técnico e científico e importantes vocações econômicas, capazes de sustentar um novo ciclo de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, enfrenta desafios estruturais que exigem capacidade de planejamento, execução e continuidade das políticas públicas.

Nesse contexto, a COPPE/UFRJ constitui um dos principais ativos científicos, tecnológicos e de engenharia do Estado, reunindo capacidade de pesquisa, formação de recursos humanos altamente qualificados e desenvolvimento de soluções aplicadas para desafios estratégicos do Rio de Janeiro. Sua atuação, juntamente com o CREA-RJ e o CAU-RJ, pode fortalecer a formulação, avaliação e implementação de políticas públicas baseadas em evidências, aproximando Ciência, Tecnologia e Inovação das necessidades concretas do Estado.

Assim, esta Carta propõe, portanto, um projeto de Estado de longo prazo, capaz de superar os ciclos de governo e utilizar Engenharia, Arquitetura, Ciência e Tecnologia como instrumentos para planejar o futuro, realizar investimentos estratégicos e preservar o patrimônio construído pelas gerações anteriores.

A agenda está organizada em três eixos:

EIXO 1 | CAPACIDADE TÉCNICA DO ESTADO PARA PLANEJAR E EXECUTAR

1.1. Fortalecimento do Instituto Estadual de Engenharia e Arquitetura, IEEA – fortalecimento da capacidade técnica permanente do Estado, à semelhança do papel exercido pela PGE na área jurídica.

1.2. Técnicos Qualificados em Posições Estratégicas nos Órgãos Públicos – presença de profissionais qualificados de Engenharia e Arquitetura nas posições estratégicas dos órgãos de atividade-fim do setor.

1.3. RJ Águas e GEO-RJ: Estruturas Estaduais para Prevenção de Riscos e Eventos Extremos – criação de estruturas estaduais voltadas à prevenção de inundações, riscos geotécnicos e impactos de eventos climáticos extremos.

EIXO 2 | PROJETOS ESTRUTURANTES PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO

2.1. Infraestrutura de Mobilidade para o Desenvolvimento Regional – Linha 3 do Metrô, modernização da rede ferroviária, EF-118, Anel Rodoviário da BR-101 em Campos e outras intervenções estratégicas.

2.2. Habitação de Interesse Social e Desenvolvimento Urbano – política habitacional que faça a Engenharia e a Arquitetura chegarem antes da ocupação irregular, substituindo a lógica de remediação por planejamento urbano e habitação digna.

2.3. Saneamento Integrado – segurança hídrica, ampliação e redundância dos sistemas de abastecimento, captações de tempo seco, tratamento de esgoto e eliminação dos lixões.

EIXO 3 | DA INFRAESTRUTURA DO PASSADO AO FUTURO

3.1. Modernização e Segurança das Infraestruturas Existentes – avaliação e modernização de estruturas que se aproximam do fim de seu ciclo de vida, evitando que a obsolescência comprometa a segurança e a continuidade dos serviços.

3.2. Secretaria de Recuperação de Infraestrutura – criação de uma estrutura estadual para inventariar, avaliar e estabelecer estratégias permanentes de recuperação e renovação das infraestruturas existentes.

O Rio de Janeiro possui conhecimento, profissionais, instituições e vocações capazes de sustentar um novo ciclo de desenvolvimento. O que se faz necessário é transformar essa capacidade em uma estratégia permanente de Estado, com planejamento, continuidade e capacidade de execução.

As entidades signatárias colocam sua experiência e conhecimento à disposição dos candidatos e da sociedade e apresentam esta Carta como uma agenda de compromissos para o desenvolvimento do Estado, convidando os candidatos ao Governo do Rio de Janeiro a manifestarem publicamente sua concordância com as propostas aqui apresentadas.

Como instituição de ensino, pesquisa, ciência e tecnologia, a COPPE/UFRJ reafirma sua disposição para contribuir com conhecimento técnico-científico, formação de profissionais, pesquisa aplicada e inovação, apoiando o Estado na construção e execução de uma agenda de desenvolvimento de longo prazo.

A adesão a esta Carta será amplamente divulgada diretamente pelas instituições signatárias, junto aos mais de 125 mil profissionais registrados no CREA-RJ e CAU-RJ e à comunidade acadêmica da COPPE/UFRJ, além do público em geral, permitindo que a sociedade conheça os compromissos assumidos pelos candidatos com uma agenda de desenvolvimento baseada em Engenharia, Arquitetura, Ciência e Tecnologia.

Mais do que uma carta de propostas, este é um convite para construir um projeto de Estado que ultrapasse os ciclos eleitorais e prepare o Rio de Janeiro.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

(Candidato ao Governo do Estado do Rio de Janeiro)

CONSELHO REGIONAL DE
ENGENHARIA E AGRONOMIA DO
RIO DE JANEIRO
CREA-RJ

CONSELHO DE ARQUITETURA E
URBANISMO DO RIO DE JANEIRO
CAU-RJ

INSTITUTO ALBERTO LUIZ
COIMBRA DE PÓS-GRADUAÇÃO E
PESQUISA EM ENGENHARIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO
DE JANEIRO - **COPPE/UFRJ**

ANEXO

DETALHAMENTO DA AGENDA DE PRIORIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO

CREA-RJ | CAU-RJ | COPPE/UFRJ

A seguir, apresenta-se o detalhamento técnico dos três eixos que compõem a agenda de prioridades apresentada nesta Carta de Compromissos.

EIXO 1 | CAPACIDADE TÉCNICA DO ESTADO PARA PLANEJAR E EXECUTAR

Engenharia e Arquitetura Públicas como Políticas de Estado

Governar um Estado deve significar pensar para além dos ciclos de governo e construir as bases para o Rio de Janeiro das próximas décadas. Para isso, é fundamental preservar a memória técnica, assegurar a continuidade das políticas públicas e manter no Estado a capacidade de planejar, executar e acompanhar seus investimentos, articulando essa capacidade técnica com as instituições de pesquisa, ciência, tecnologia e inovação, especialmente a COPPE/UFRJ.

O fortalecimento da Engenharia e da Arquitetura Públicas não é uma demanda corporativa, mas uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo. Essa capacidade depende da valorização dos profissionais, de planos de carreira e formação continuada, mas também da presença de profissionais qualificados onde as decisões estratégicas são tomadas e de estruturas permanentes capazes de preservar e desenvolver o conhecimento técnico do Estado.

1.1 Fortalecimento do Instituto Estadual de Engenharia e Arquitetura, IEEA

Fortalecer o IEEA como uma estrutura permanente de Estado, reunindo, desenvolvendo e disponibilizando profissionais de Engenharia e Arquitetura para os diferentes órgãos do Governo Estadual.

Assim como a Procuradoria-Geral do Estado, PGE, constitui uma estrutura permanente de referência para as demandas jurídicas do Governo, o IEEA deve exercer papel equivalente para as demandas técnicas de Engenharia e Arquitetura, preservando a memória institucional, formando quadros e garantindo capacidade técnica aos órgãos do Estado.

Para isso, propõe-se fortalecer o Instituto, ampliar seus quadros e estabelecer mecanismos permanentes de financiamento, inclusive mediante a destinação de um percentual dos contratos de obras e serviços de Engenharia realizados pelo Estado para o desenvolvimento de sua estrutura e capacidade técnica. A valorização dos profissionais deve acompanhar esse processo, com planos de carreira, formação continuada e remuneração compatível pela responsabilidade da fiscalização de obras e serviços públicos.

1.2. Técnicos Qualificados em Posições Estratégicas nos Órgãos Públicos

É fundamental garantir que o conhecimento técnico esteja presente onde as decisões estratégicas são tomadas. Os principais órgãos estaduais cuja atividade-fim esteja diretamente relacionada à Engenharia e à Arquitetura devem ser dirigidos por profissionais qualificados e com experiência comprovada nas respectivas áreas.

Propõe-se que a escolha dos dirigentes e presidentes de instituições como DER-RJ, EMOP-RJ, CEDAE, INEA, CEHAB, Instituto Rio Metrópole, AGENERSA e AGETRANSP, entre outros, tenha como critério fundamental a formação, a experiência profissional e a qualificação técnica compatíveis com as atribuições de cada órgão.

Valorizar esses critérios não significa estabelecer uma reserva corporativa de cargos, mas reconhecer que órgãos responsáveis por infraestrutura, saneamento, habitação, meio ambiente, mobilidade e regulação de serviços essenciais precisam ter profissionais qualificados em suas posições estratégicas.

A qualificação técnica dos dirigentes e das equipes deve ser complementada por mecanismos permanentes de cooperação com instituições de pesquisa e ciência e tecnologia, permitindo que o Estado incorpore conhecimento de fronteira, métodos avançados de análise e inovação na tomada de decisão. Nesse ecossistema, a COPPE/UFRJ constitui parceiro estratégico para a produção e transferência de conhecimento aplicado às políticas públicas estaduais.

1.3. RJ Águas e GEO-RJ: Estruturas Estaduais para Prevenção de Riscos e Eventos Extremos

O histórico recente de eventos climáticos extremos no Estado demonstra que não podemos mais agir apenas na remediação das tragédias. É necessário fortalecer a capacidade do Estado de antecipar riscos, planejar respostas e executar ações preventivas de forma permanente e integrada.

Propõe-se a criação de estruturas estaduais nos moldes da Rio-Águas e da Geo-Rio, no Município do Rio de Janeiro. Um RJ Águas poderia concentrar ações de Engenharia relacionadas à drenagem, manejo das águas pluviais e prevenção de inundações, enquanto um GEO-RJ atuaria na identificação, prevenção e gestão de riscos geotécnicos, encostas e áreas vulneráveis.

Essas estruturas devem atuar de forma integrada, utilizando conhecimento técnico, planejamento e dados para antecipar riscos, elaborar planos de prevenção e contingência e executar ações preventivas. O objetivo é substituir a lógica reativa por uma cultura permanente de prevenção e preparação, reduzindo os impactos dos eventos extremos e protegendo vidas e patrimônio.

EIXO 2 | PROJETOS ESTRUTURANTES PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO

Infraestrutura, Habitação e Desenvolvimento Sustentável

O Rio de Janeiro precisa transformar suas potencialidades em um projeto estruturante de desenvolvimento regional, capaz de gerar crescimento econômico, empregos, inclusão social e melhoria da qualidade de vida. O Estado possui múltiplas vocações que precisam ser conectadas e potencializadas, do setor energético ao agrícola, do saneamento à mobilidade, da indústria naval à indústria metalúrgica.

A Ciência, Tecnologia e Inovação devem ser tratadas como dimensões transversais dessa estratégia. A capacidade instalada na COPPE/UFRJ e em outras instituições de pesquisa do Estado pode contribuir para estudos de viabilidade, planejamento, modelagem, avaliação de impactos, desenvolvimento tecnológico e monitoramento dos projetos estruturantes, aumentando a qualidade das decisões públicas e a efetividade dos investimentos.

Para isso, é necessário superar a visão fragmentada dos investimentos públicos e utilizar a infraestrutura como instrumento de desenvolvimento econômico e social, conectando regiões, fortalecendo cadeias produtivas, promovendo a reindustrialização e enfrentando desafios históricos de habitação, mobilidade e saneamento. Propomos, portanto, uma agenda de projetos estruturantes capaz de combinar desenvolvimento regional, inclusão social e sustentabilidade, preparando o Estado para as próximas décadas.

2.1. Infraestrutura de Mobilidade para o Desenvolvimento Regional

Priorizar a implantação e modernização de infraestruturas de mobilidade capazes de integrar as diferentes regiões do Estado, reduzir custos logísticos e criar condições para o desenvolvimento de suas cadeias produtivas, com destaque para:

- implantação da Linha 3 do Metrô, promovendo a integração metropolitana e melhorando o fluxo entre Rio de Janeiro e São Gonçalo, as duas maiores cidades do Estado;
- modernização e expansão da rede ferroviária, com investimentos em infraestrutura e, especialmente, na modernização dos sistemas de sinalização, aumentando a segurança e a eficiência operacional;
- implantação da EF-118, fortalecendo a conexão ferroviária entre as regiões e os principais polos econômicos e logísticos do Estado;
- implantação do Anel Rodoviário da BR-101 em Campos dos Goytacazes, melhorando a logística e as condições de desenvolvimento do Norte Fluminense.

Essas intervenções, entre outras, devem ser tratadas como investimentos estratégicos de desenvolvimento regional, articulando mobilidade, logística e atividade econômica para ampliar a competitividade do Estado e fortalecer suas cadeias produtivas.

2.2. Habitação de Interesse Social e Desenvolvimento Urbano

A Engenharia e a Arquitetura precisam chegar antes da ocupação irregular. O Estado deve superar o ciclo histórico de remediação das ocupações precárias e adotar uma política permanente de habitação de interesse social, capaz de antecipar a demanda por moradia e oferecer habitação digna com infraestrutura urbana adequada.

Essa política deve atuar tanto na prevenção de novas ocupações quanto no enfrentamento do passivo existente, promovendo urbanização adequada das áreas consolidadas e novas alternativas habitacionais, com saneamento, mobilidade, equipamentos e serviços públicos.

O objetivo é substituir a lógica de intervenção posterior por uma política de planejamento urbano e habitacional que antecipe o crescimento das cidades, especialmente na Região Metropolitana e nas cidades do interior, reduzindo a formação de novas áreas precárias e promovendo cidades mais integradas e inclusivas.

2.3. Saneamento Integrado

O desafio do saneamento exige uma visão integrada de todo o ciclo da água e dos resíduos, articulando ações de segurança hídrica, abastecimento, esgotamento sanitário, drenagem e gestão de resíduos sólidos.

É necessário garantir a segurança hídrica da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, onde se concentra cerca de 70% da população do Estado, com a ampliação da capacidade de abastecimento onde necessária e a criação de redundâncias que aumentem a segurança e a resiliência do sistema. Ao mesmo tempo, é preciso avançar na infraestrutura de drenagem e na implantação de captações de tempo seco para impedir o lançamento de esgotos sem tratamento em rios, praias e lagoas, além de eliminar definitivamente os lixões, evitando a contaminação dos corpos hídricos. O objetivo é construir uma política de saneamento capaz de proteger as fontes de abastecimento, recuperar os corpos hídricos e eliminar as principais fontes de poluição dos rios e mares, com planejamento integrado e atuação coordenada entre Estado, municípios e demais agentes do setor.

EIXO 3 | DA INFRAESTRUTURA DO PASSADO AO FUTURO

Prevenir para não remediar

Grande parte da infraestrutura essencial do Estado foi construída ao longo das últimas décadas e se aproxima do fim de seu ciclo de vida, enfrentando processos de deterioração, obsolescência tecnológica e perda de eficiência. Esse patrimônio precisa ser conhecido, avaliado e planejado para o futuro, antes que seus problemas comprometam a segurança da população ou a continuidade dos serviços.

É necessário, portanto, adotar uma política permanente de avaliação, modernização, recuperação e renovação das infraestruturas existentes, substituindo a lógica de intervenções

emergenciais por uma atuação preventiva. Prevenir a deterioração e a obsolescência é preservar o patrimônio público, garantir a continuidade dos serviços e evitar grandes tragédias.

3.1. Modernização e Segurança das Infraestruturas Existentes

Parte significativa da infraestrutura essencial do Estado foi construída há décadas e enfrenta processos de obsolescência tecnológica, estrutural e operacional. É necessário identificar essas estruturas, avaliar suas condições e promover sua modernização antes que a deterioração comprometa a segurança da população ou a continuidade dos serviços.

Nesse contexto, merecem atenção especial infraestruturas críticas como os sistemas de sinalização dos trens urbanos, cuja modernização é fundamental para ampliar a segurança e a eficiência operacional, e o Sistema Light de Transposição de Santa Cecília, responsável pela transferência de águas do Rio Paraíba do Sul para o Rio Guandu, entre outras estruturas essenciais ao funcionamento do Estado.

O desafio é estabelecer uma política permanente de avaliação de riscos, modernização e renovação das infraestruturas existentes, antecipando problemas e evitando que a obsolescência de sistemas essenciais resulte em acidentes, interrupções de serviços ou grandes tragédias.

A avaliação das infraestruturas críticas deve contar com o apoio de instituições de pesquisa e ciência e tecnologia, capazes de aplicar métodos de monitoramento, modelagem, diagnóstico e previsão de desempenho. A COPPE/UFRJ pode contribuir para transformar conhecimento científico em instrumentos permanentes de prevenção, manutenção e decisão.

3.2. Secretaria de Recuperação de Infraestrutura

A exemplo da Seconserva, da cidade do Rio de Janeiro, o Estado deve contar com uma estrutura dedicada à conservação de seu patrimônio. Diferentemente da atuação voltada à zeladoria cotidiana, propõe-se uma Secretaria de Recuperação de Infraestrutura, com foco nas grandes estruturas públicas que se aproximam do fim de seu ciclo de vida e precisam ser revitalizadas, recuperadas ou substituídas.

A Secretaria deverá realizar um inventário das principais infraestruturas do Estado, avaliar suas condições e estabelecer uma estratégia de intervenções, priorizando estruturas críticas como pontes, viadutos e túneis de grandes rodovias, adutoras de água, emissários de esgoto, hidrelétricas e outras estruturas essenciais. Caberá ao Estado executar as intervenções sob sua responsabilidade ou assegurar que os responsáveis por cada infraestrutura adotem as medidas necessárias, evitando que a deterioração e a obsolescência se transformem em acidentes, interrupções de serviços ou grandes tragédias.